



ALIMENTAÇÃO E PRODUÇÃO: ESTUDO DE CASO DE UM ASSENTAMENTO RURAL EM SANTO AMARO DAS BROTAS/SE

Júlia Karoline Ferreira Moura¹
Ana Paula Schervinski Villwock²
Emilly Karoline dos Santos Alves³
André Luiz Simonetti⁴

Resumo: O presente estudo tem como objetivo caracterizar a produção e alimentação dos agricultores familiares do Projeto de Assentamento Celso Furtado, localizado no município de Santo Amaro das Brotas/SE. De natureza quantitativa, a pesquisa foi realizada a partir da coleta de dados primários por meio de questionário semiestruturado, que foram posteriormente sistematizados na plataforma Excel e analisados por meio de estatística descritiva. As variáveis analisadas englobam a produção agrícola e pecuária, composição da alimentação dos assentados de acordo com os produtos agrícolas e pecuários e àqueles adquiridos fora do estabelecimento, e o número de refeições diárias. Como resultados, constatou-se a alta diversificação produtiva e diversidade alimentar no assentamento. Contudo, verificou-se que a produção nos estabelecimentos não supre integralmente as necessidades alimentares das famílias assentadas, que ainda dependem da aquisição de alimentos fora do estabelecimento. Ademais, a produção interna é designada sobretudo ao autoconsumo, com pequeno excedente destinado à venda, contribuindo para o cenário de Segurança Alimentar e Nutricional dos assentados. Por fim, conclui-se que a diversificação produtiva no assentamento contribui com a Segurança Alimentar das famílias.

Palavras-chave: Autoconsumo; reforma agrária; diversificação; regimes alimentares.

FOOD AND PRODUCTION: A CASE STUDY OF RURAL SETTLEMENT IN SANTO AMARO DAS BROTAS/SE

Abstract: *This study aims to characterize the production and diet of family farmers in the Celso Furtado Settlement Project, located in the municipality of Santo Amaro das Brotas, Sergipe. Quantitative nature, the research was conducted based on primary data collected through a semi-structured questionnaire, which was then systematized in Excel and analyzed using descriptive statistics. The variables analyzed include agricultural and livestock production, the composition of the settlers' diet according to agricultural and livestock products and those purchased outside the establishment, and the number of daily meals. The results showed high production diversification and food diversity in the settlement. However, it was found that production on the farms does not fully meet the food needs of the settled families, who still depend on purchasing food outside the settlement. In addition, it was found that internal production is mainly intended for self-consumption, with a small surplus for sale, contributing to the food and nutritional security of the settlers. Finally, it is concluded that productive diversification in the settlement contributes to the food security of families.*

Keywords: *Self-consumption; agrarian reform; diversification; food regimes.*

1 Introdução

As reflexões que permeiam o âmbito da alimentação no meio rural ganham notoriedade frente aos apelos mundiais pela erradicação da fome. Suas consequências revelam que as extensas

¹ Bacharel em Engenharia Agrônoma. Universidade Federal de Sergipe (UFS). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2434-8876>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9219015142103815>. E-mail: juliakaroline.moura@gmail.com.

² Doutora em Extensão Rural (UFSM). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9990-8590>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2050817119548328>. E-mail: ana.agronomia@gmail.com.

³ Bacharel em Engenharia Agrônoma. Universidade Federal de Sergipe (UFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9588-7473>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1453956928251930>. E-mail: emilly_ufs2020@academico.ufs.br.

⁴ Mestre em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR/PB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2833-8356>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6142237543952399>. E-mail: simonettial97@gmail.com.



cadeias agroindustriais, base dos sistemas alimentares, resultam em uma desconexão entre as etapas de produção, processamento e consumo, gerando múltiplas implicações (Grisa *et al.*, 2021). Desta forma, faz-se necessário ampliar progressivamente os estudos acerca dos regimes e sistemas agroalimentares, especialmente no que corresponde a agricultura familiar e suas formas de produzir.

O presente artigo trata da caracterização da produção e alimentação de assentados de reforma agrária, porém, utiliza-se do conceito de agricultura familiar por compreender que ambas as categorias se encontram no escopo normativo da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. A agricultura familiar é definida por Wanderley (2009, p. 156) como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Dessa forma, a agricultura familiar pode ser considerada uma categoria genérica com grande capacidade de adaptação aos contextos históricos em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais, sendo os agricultores familiares protagonistas dos processos sociais que vivenciam, sobretudo relativos às resistências e às inovações resultantes em transformações na agricultura e no meio rural (Wanderley, 2009). Diante disso, Wanderley (1996) destaca que o campesinato é uma das formas que assume a agricultura familiar, constituindo um modo particular de produzir e fazer parte da sociedade em que os agricultores são os donos dos meios de produção.

Dessa forma, a agricultura familiar se apresenta como um modelo produtivo que se opõe ao modelo corporativista da agricultura, sendo capaz de “elevar o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais” (Ploeg, 2014, p. 11), sendo assim, de grande importância na produção de alimentos. Nesse sentido, considerando o direito de todos a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e culturalmente adequados (Brasil, 2006), a agricultura familiar contribui com a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN no meio rural, que constitui um dos pilares da soberania alimentar (Belik, 2003).

A contribuição da agricultura familiar na SAN no meio rural ocorre através do autoconsumo, que nada mais é que a produção realizada pela família destinada ao seu consumo doméstico (Grisa, 2007), suprimindo suas necessidades alimentares e nutricionais. No meio rural, o incentivo à produção para o autoconsumo é fomentado pelos movimentos sociais, que lutam contra o modelo empresarial da agricultura e tem como principal bandeira a soberania alimentar (Desmarais, 2007; Custódio *et al.*, 2011; Ribeiro, 2013).

Nesse contexto, os sujeitos do presente estudo são os agricultores familiares do Projeto de Assentamento Celso Furtado, localizado no município de Santo Amaro das Brotas, estado de Sergipe, instituído pelo Programa de Reforma Agrária de Sergipe, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Esse assentamento foi escolhido para a pesquisa pois já havia proximidade dos pesquisadores com os assentados, em decorrência de projetos anteriores



realizados em conjunto com a comunidade. Além disso, houve curiosidade por parte dos pesquisadores de investigar o impacto da diversificação produtiva e do autoconsumo, tendo em vista algumas características intrínsecas ao assentamento identificadas em campo, como: (1) o grande número de pessoas idosas; (2) o acesso dificultado a mercearias, supermercados e feiras livres, em decorrência da distância destes canais de compra do assentamento; e (3) a alta taxa de acesso a Políticas Públicas como o Programa Bolsa Família e aposentadoria.

Diante disso, a temática principal deste trabalho perpassa a produção e alimentação das famílias agricultoras assentadas de reforma agrária, propondo-se a compreender a diversificação produtiva, especialmente de cultivos agrícolas, e como é a alimentação dessa população. Logo, é essencial caracterizar consumo e produção de forma conjunta, explicitando a relação entre eles. Assim, o objetivo do presente estudo é caracterizar a produção e alimentação dos agricultores familiares do Projeto de Assentamento Celso Furtado, Santo Amaro das Brotas/SE.

2 Referencial teórico

O presente estudo tem como plano de fundo os regimes alimentares⁵, do inglês, “food regimes”, com o objetivo de contextualizar o cenário agroalimentar atual. Esta noção foi descrita pioneiramente por Harriet Friedmann em 1987, porém, o estudo seminal que é utilizado atualmente nas pesquisas alimentares foi elaborado por Harriet Friedmann e Philip McMichael no mesmo ano. McMichael (2021, p. 2) descreve os regimes alimentares como uma “iniciativa metodológica que buscou especificar as relações entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar”. Em consonância, Schneider, Schubert e Escher (2016) reforçam que os regimes alimentares não podem ser explicados como algo concreto, mas sim, como um método que avalia os pilares agroalimentares a partir de “períodos, ciclos ou tendências” que atualmente estão pautadas na concentração de capital e tecnologia da informação.

Frente ao cenário de mudanças dos regimes alimentares mediadas por uma perspectiva mundial, Niederle e Wesz Junior (2018) refinam essa noção ao trazer a definição de ordens alimentares. As ordens alimentares são “arranjos de regras, hábitos, valores, identidades, significados e artefatos associados a modos específicos de produzir, distribuir, vender, comprar, preparar e comer” (Niederle; Wesz Junior, p. 360, 2018). Com isso, os autores classificam seis ordens alimentares presentes na realidade brasileira: Industrial, Comercial, Doméstica, Estética, Cívica e Financeira.

No presente trabalho, será utilizada a concepção da Ordem Doméstica, uma vez que esta é

⁵ A noção de regime alimentar descende de outros estudos sobre as ordens alimentares pós-segunda guerra mundial (McMichael, 2009, p. 140).



definida como uma forma social que remete à “agricultura de subsistência”, da sua crise a sua resiliência (Niederle; Wesz Junior, 2018; Escher, 2019). A produção para subsistência é constantemente levada ao espaço do esquecimento, visto que, diante do cenário de constante modernização da agricultura, acreditou-se que esta prática inevitavelmente desapareceria (Grisa, 2008). Apesar das pesquisas sobre agricultura de subsistência estarem centradas na produção para o autoconsumo, Grisa (2007a), Niederle e Wesz Junior (2018) reforçam que a produção para subsistência é um conceito mais amplo, que envolve não somente o consumo da família, mas também, a destinação do excedente ao mercado, de modo a adquirir quaisquer coisas que não são produzidas dentro do estabelecimento familiar. Ou seja, a produção para autoconsumo está inserida na produção para subsistência. Porém, enquanto a produção para subsistência está associada a possibilidade de estabelecer relações de troca e reprodução física, a produção para o autoconsumo tem relevância não monetária, contribuindo no combate à pobreza e garantia da segurança alimentar e nutricional (Grisa, 2008, p. 483-485).

Diante disso, o direito dos agricultores familiares de produzir seu próprio alimento e a necessidade de melhorar a qualidade de vida no campo sobrepujar as questões capitalistas são pautas constantes dos movimentos sociais. Isto pois, segundo Chonchol (2005), há uma tendência à concentração de produção e renda nas mãos de grandes agricultores, marginalizando a agricultura familiar. Logo, caracteriza-se como um desafio para os movimentos sociais mudarem a perspectiva de que as “oportunidades de negócio” são mais importantes que a saúde e nutrição da população (Belik, p. 11, 2024). Ademais, a construção e consolidação de políticas e propostas de enfrentamento da fome se concretizou a partir da mobilização dos movimentos sociais, que são essenciais para a consolidação participativa da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Menezes, 2010; Takagi, 2010).

No Brasil, a preocupação com a alimentação é uma das principais pautas dos movimentos sociais do campo, que em sua maioria são articulações nacionais da Via Campesina (a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST), um dos principais movimentos camponeses atuais que luta contra o modelo corporativista da agricultura (Desmarais, 2007; Ribeiro, 2013). Segundo Custódio *et al.* (2011), a soberania alimentar se caracteriza como uma pauta comum entre movimentos sociais do campo ligados a Reforma Agrária, tendo a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como um dos seus pilares (Belik, 2024).

A Segurança Alimentar e Nutricional é um conceito que se originou no período pós-Segunda Guerra Mundial, no qual muitos países não tinham condições de produzir seu próprio alimento (Belik, 2003). De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346, de 15 de julho de 2006), a SAN pode ser definida como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem



comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (Brasil, 2006), de modo que a diversidade cultural seja respeitada, sendo sustentáveis nos pilares ambiental, econômico e cultural.

No meio rural, a Segurança Alimentar e Nutricional pode ser assegurada a partir da produção para o autoconsumo no estabelecimento familiar, caracterizando-se como base da reprodução social enquanto propicia a diversificação das estratégias das famílias rurais (Gazolla; Schneider, 2007). Grisa (2011) vai ao encontro dessa ideia quando afirma que a alimentação é um dos fundamentos da reprodução social das famílias rurais, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida destas, apesar da produção para o autoconsumo não modificar questões estruturais. Porém, o processo de externalização dos processos da agricultura contribui com a atenuação da produção para o autoconsumo, tornando as famílias vulneráveis e dependentes diretas do mercado (Grisa, 2007b). Ademais, sistemas de produção diversificados, especialmente para o autoconsumo, podem contribuir com a autonomia das famílias rurais, visto que há menos dependência do mercado para a compra de alimentos (Duval; Ferrante; Bergamasco, 2012; Schneider, 2012). Logo, é de suma relevância reforçar a importância da produção para o autoconsumo como meio para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural.

3 Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa de caráter exploratório pois visa proporcionar uma visão integral acerca de determinado fato (Gil, 2008). Ademais, a pesquisa foi realizada a partir de dados primários, de modo a compreender as características que permeiam os produtores familiares, seus estabelecimentos e atividades produtivas, além de suas questões alimentares. Com isso, as variáveis foram selecionadas de acordo com sua dimensão, englobando suas singularidades e considerando o contexto específico dos fatos, a fim de compreendê-las de forma profunda (Gil, 2002; 2008).

O estudo contou com a coleta de dados primários, que foram obtidos a partir de entrevistas realizadas por meio de questionário semiestruturado. A coleta desses dados foi realizada no mês de outubro de 2024, na agrovila do Projeto de Assentamento Celso Furtado, localizado no município de Santo Amaro das Brotas/SE (Figura 1). Na aplicação das entrevistas, pretendia-se utilizar a abordagem “bola de neve” até que a saturação fosse atingida, porém, considerando o pequeno número de famílias oficialmente assentadas e os diferentes padrões observados nas respostas, o questionário foi aplicado em todos os lotes do assentamento, sem que os agricultores precisassem indicar uns aos outros, desde que aceitassem participar da pesquisa. Sendo assim, os

questionários foram aplicados em 22 dos 30 estabelecimentos do assentamento⁶, com contextos produtivos e alimentares diversos. Ressalta-se que as entrevistas foram aplicadas na agrovila do assentamento, onde estão localizados os lotes pequenos, destinados a construção das casas e dos quintais produtivos.

Figura 1 – Localidade de estudo.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Além da etapa de coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de modo a dar suporte às discussões e análises realizadas, considerando especialmente a natureza dos dados selecionados do questionário para o presente estudo. A pesquisa bibliográfica englobou especialmente a revisão da literatura de artigos, teses e dissertações que fazem uma abordagem atual quanto aos temas de estudo, de modo a construir uma base teórica sólida para análises, considerando o contexto regionalizado do estudo. Ademais, foram utilizadas na discussão as percepções anotadas no caderno de campo, instrumento necessário para avaliação empírica das dinâmicas do assentamento.

Ademais, um banco de dados foi elaborado na plataforma Excel, de modo que os dados coletados fossem organizados e classificados em categorias. Destas que foram previamente

⁶ Foram entrevistadas somente vinte e duas famílias pois as oito famílias restantes não quiseram participar da pesquisa ou não produziam nada, só moravam no lote.



definidas, serão utilizadas três: políticas públicas, produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional. A partir destas, foram selecionadas as seguintes variáveis coletadas a campo: produção agrícola, produção pecuária, alimentos adquiridos fora do estabelecimento, relação entre autoconsumo, venda e autoconsumo e venda, composição da alimentação e número de refeições diárias. Para agrupar os dados da produção agrícola, foram utilizados os seguintes extratos principais: frutas, grãos, medicinais, leguminosas, tubérculos e hortaliças, salientando que para as discussões acerca da relação entre venda e autoconsumo, foram selecionados os extratos principais com maior frequência nas respostas. Por fim, utilizou-se da estatística descritiva para impulsionar a análise dos dados.

4 Resultados e discussão

O Celso Furtado é um Projeto de Assentamento da Reforma Agrária instituído em 2010, a partir da desapropriação da Fazenda Nossa Senhora das Graças, conhecida como Fazenda Aruari, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em 2006. Está localizado no município de Santo Amaro das Brotas, à cerca de 3,6 Km das margens da rodovia SE-240, com uma área de 704 hectares e capacidade de assentar 30 famílias.

A título de caracterização da população, foram entrevistadas 22 famílias, sendo que os entrevistados têm idade entre 31 e 70 anos, 86% trabalham exclusivamente dentro do estabelecimento em atividades agropecuárias dentro do lote (que serão exploradas ao longo da discussão), cerca de 83% têm escolaridade equivalente ao ensino fundamental incompleto, 64% dos entrevistados se identificam com o gênero feminino e cerca 73% têm como principal renda a aposentadoria e o recurso vindo do Programa Bolsa Família.

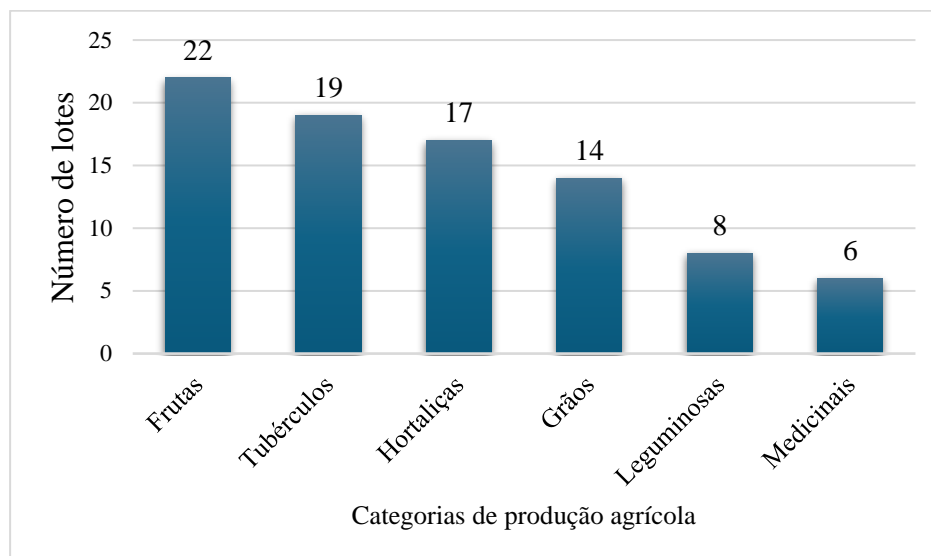
O PA Celso Furtado, bem como a maior parte dos assentamentos de reforma agrária, apresenta distribuição segregada de lotes pequenos e grandes, o primeiro, composto por 0,46 hectares, e o segundo, por 3,51 hectares⁷, aproximadamente. Considerando estas informações, é importante salientar que a maior parte das famílias entrevistadas no presente estudo produzem cultivos agrícolas exclusivamente no lote pequeno, destinando o lote grande para a criação de alguns animais ou apenas manutenção da pastagem.

Nesse contexto fundiário, a Figura 2 apresenta a produção agrícola do assentamento Celso Furtado. A partir do levantamento da produção no assentamento, afirma-se que houve produção de trinta variedades de frutas, vinte tipos de hortaliças, sete tipos de ervas medicinais, quatro tipos de tubérculos, quatro tipos de leguminosas e dois tipos de grãos, evidenciando a diversidade

⁷ Apesar de expressar esses valores em hectares, no assentamento é utilizada a tarefa de terra como unidade de área. Tarefa de terra é uma unidade de medida de área utilizada amplamente na agricultura brasileira, liderado por um viés cultural (Vizolli; Mendes, 2016). Em Sergipe, uma tarefa de terra equivale a 0,3053 hectares (MDA, 2025).

produtiva encontrada no assentamento local da pesquisa. Assim, considerando o grande número de espécies produzidas, especialmente no que corresponde às frutas e hortaliças, optou-se por caracterizar a produção a partir do número de lotes que as produzem.

Figura 2 – Produção agrícola do Assentamento Celso Furtado no ano agrícola 2024.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

A Figura 2 mostra que a vinte e dois lotes produzem frutas, dezenove lotes produzem tubérculos, dezessete produzem hortaliças, quatorze produzem grãos e, com menor frequência, as categorias leguminosas e medicinais, que estão presentes em oito e seis lotes, respectivamente.

A categoria frutas é a única que está presente nos vinte e dois lotes, destacando que todas as famílias apresentam produção agrícola delas em algum nível. Apesar de ser considerada produção agrícola, ressalta-se que grande parte das árvores frutíferas presentes nos lotes produtivos não foram plantadas pelos assentados, já faziam parte da composição florística da Fazenda Aruari, sendo elas, em sua maioria, coqueiros, mangueiras e bananeiras. Ainda assim, destaca-se que o manejo e a manutenção são realizados pela família, o que permite que estas plantas continuem produzindo e diversidade alimentar para o estabelecimento familiar, caracterizando também como rendas não monetárias, sendo as mesmas são produções utilizadas para o consumo e/ou subsistência das famílias (Ramos; Borges, 2021; Bellentani, 2010).

Os tubérculos são a segunda categoria com maior presença nos lotes, especialmente no que corresponde aos quintais produtivos, representada pela produção de macaxeira, inhame, batata-doce e gengibre, este último presente em apenas um dos dezenove lotes com presença de tubérculos. A produção de tubérculos no estado de Sergipe é realizada majoritariamente pela agricultura familiar (IBGE, 2025), caracterizando-se como alimentos tradicionais da cultura alimentar, visto que os mesmos tendem a recuperar e recriar saberes e conhecimentos que muitas vezes se perdem no espaço agrário por conta dos latifúndios e do agronegócio (Fabrini, 2017). A produção da macaxeira, do inhame e da batata-doce também aparece com maior frequência nos



lotes pois estes alimentos estão presentes diariamente nas refeições das famílias e, além disso, faz parte do perfil produtivo da região Nordeste (IBGE, 2025).

Segundo o IBGE (2025), o município de Santo Amaro das Brotas tem como cultivos principais a cana-de-açúcar, o coco-da-baía, a macaxeira, a banana e a batata-doce. Esta característica remete ao cenário do Leste Sergipano, mesorregião a qual o município pertence, que se destaca na produção de frutas, cana-de-açúcar e macaxeira (IBGE, 2025). Logo, compreende-se que a produção de frutas e tubérculos no assentamento está ligada a fatores regionais, visto que as condições são favoráveis para tal e que estes alimentos compõe a alimentação base das famílias do assentamento. Corroborando com tal ideia, é importante salientar que a produção voltada para o autoconsumo tende a reduzir a vulnerabilidade alimentar das famílias assentadas, uma vez que fornece alimento para as unidades familiares independente das relações mercantis (Grigol *et al.*, 2022), tanto que além das culturas citadas, as hortaliças compõem a terceira maior produção por lote, estando presentes em dezessete dos vinte e dois que foram visitados. Isto é, o consumo das mesmas, está ligado a produção para autoconsumo, principalmente por conta das dificuldades na obtenção do alimento em mercados urbanos, levando em conta o quesito financeiro e a perecibilidade das mesmas (Grigol *et al.*, 2022). Os autores afirmam que as variedades presentes, geralmente são o complemento do “tripé arroz, feijão e carne”.

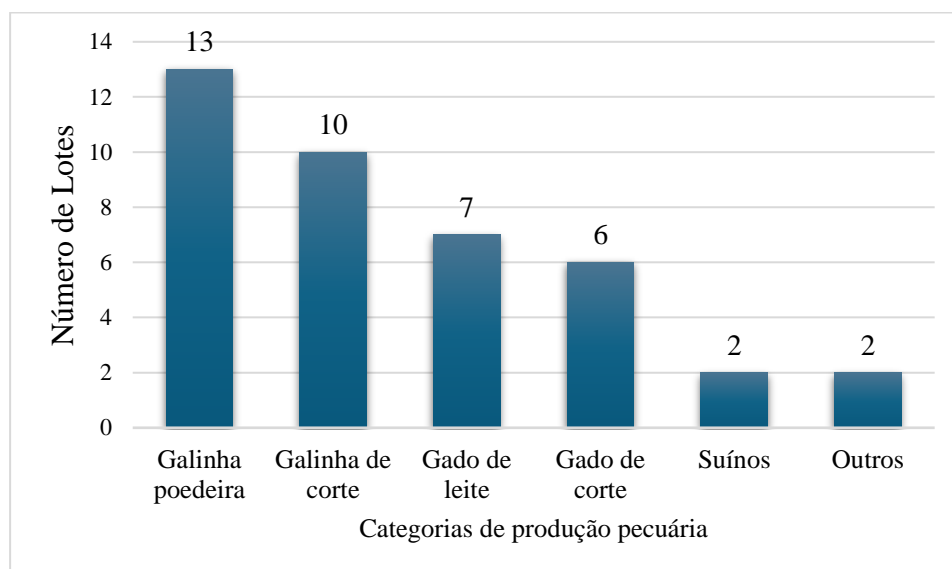
A categoria grãos está presente em quatorze lotes. É necessário ressaltar que a produção de grãos indicada na Figura 2 está associada ao cultivo exclusivo de milho grão, nos quatorze lotes, e um deles também produz café. Isso ocorre pois, ao contrário de outras regiões do estado, o cultivo de milho no PA Celso Furtado está associado à pecuária, sendo utilizado majoritariamente na alimentação das galinhas que são criadas no lote pequeno. Além disso, de acordo com as anotações do caderno de campo, o milho também é destinado ao consumo da família em datas festivas importantes no estado, como é o caso do São João e São Pedro, porém, neste caso, há o consumo de milho verde e não de milho grão. O que se observa aqui é a produção em conciliação com as condições socioambientais, intensificando a ideia de sustentabilidade nos âmbitos social e ambiental (Vivas, 2017).

O cultivo de leguminosas está presente em apenas oito lotes, apesar do feijão caracterizar-se como um alimento base da alimentação dos brasileiros. Porém, de acordo com as percepções a campo e dados coletados, todas as famílias entrevistadas consomem feijão, que adquirem de feiras livres, mercearias e supermercados. Além disso, a questão agrônômica contribui com a menor produção de feijão carioca, fava e feijão de corda, visto que o solo do assentamento sofre de dois extremos: muito seco no período da escassez hídrica e muito encharcado no período de chuva. Além disso, no período chuvoso, há formação de áreas de várzea, que diminui a área agrícola útil do lote.

Com menor frequência, as plantas medicinais estão presentes em seis lotes. O cultivo de ervas medicinais, está associado principalmente aos saberes tradicionais relacionados a cura e tratamento de doenças (Freitas *et al.*, 2023), ou seja, constituem um papel secundário na nutrição das famílias, porém, importante para a manutenção de saberes tradicionais e preparo de alimentos de cultura local.

A produção pecuária também está presente nos lotes, pois se configura como parte importante para alimentação das famílias agricultoras presentes no assentamento. A pecuária se destaca por conta de questões como segurança da produção em comparação com a agricultura, baixos custos, garantia de renda, assim como, a dificuldade em torno da preparação das terras e comercialização para produtos agrícolas (Ramos; Borges, 2021). Deste modo, a Figura 3 mostra a classificação dos tipos de criação animal de acordo com o número de lotes.

Figura 3 – Produção pecuária do Assentamento Celso Furtado no ano agrícola 2024.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

De acordo com a Figura 3, a criação de galinhas é predominante no assentamento. Encontra-se a criação de galinhas poedeiras, presente em treze lotes, seguida da criação de galinhas de corte, presente em dez lotes. Além disto, há presença de animais de grande porte, categoria representada pelos bovinos, estando a criação de gado de leite presente em sete lotes produtivos. Ademais, o gado de corte se encontra presente em seis lotes, e as categorias ‘Suínos’ e ‘Outros’, que estão presentes em dois lotes produtivos cada uma.

O primeiro aspecto geral que chama atenção ao ver a Figura 3 é que, ao contrário dos cultivos agrícolas, nenhum tipo de pecuária foi identificado em todos os lotes. Ademais, é perceptível que, apesar de não apresentarmos os números quantitativos de produção, houve a percepção a campo, corroborando com os dados acima apresentados, que a pecuária é realizada em menor escala, se comparado com os cultivos agrícolas, tendo como principais tipos de criação



os animais de pequeno porte, como é o caso das galinhas poedeiras e de corte.

A produção de ovos é a principal atividade pecuária do assentamento, realizada nos quintais produtivos. A adaptação ao quintal e facilidade de manejo são singularidades que podem corroborar com a preferência dos assentados em continuar com esse tipo de criação. De acordo com De Sá, De Sá e Simões (2021, p. 7) a presença de galinhas na maioria dos quintais produtivos rurais justifica-se pela possibilidade de criá-las em pequenas áreas além de se tratar de animais que suportam condições ambientais adversas. Dentre as condições ambientais adversas encontradas no assentamento estão, principalmente, a irregularidade de chuvas e, além disso, o período seco tem como características temperaturas muito intensas.

Apesar da criação de gado constituir-se como uma atividade menos vulnerável às condições climáticas, especialmente à seca (Alves; Villwock; Fossá, 2023), a produção de leite e carne no assentamento encontra-se atrás da maior parte dos cultivos agrícolas e da criação de galinhas. Isso ocorre por questões muito pontuais associadas a singularidades do próprio assentamento, como a distância entre o lote pequeno e lote grande e a dificuldade de acesso (estradas sem manutenção) a estas áreas, somadas à idade avançada da maior parte dos assentados, em sua maioria idosos, contribuindo com a criação em menor escala de bovinos. Vale salientar que a criação de gado de corte é realizada de forma diferenciada da criação destinada a leite, visto que a segunda, em geral, é realizada no lote pequeno, com um número muito reduzido de animais (um ou dois, no máximo). Já a criação para corte tem um viés voltado ao mercado, já que a maior parte dos lotes destina a produção para venda e criam seus gados nos lotes grandes, que é onde possui pastagem natural.

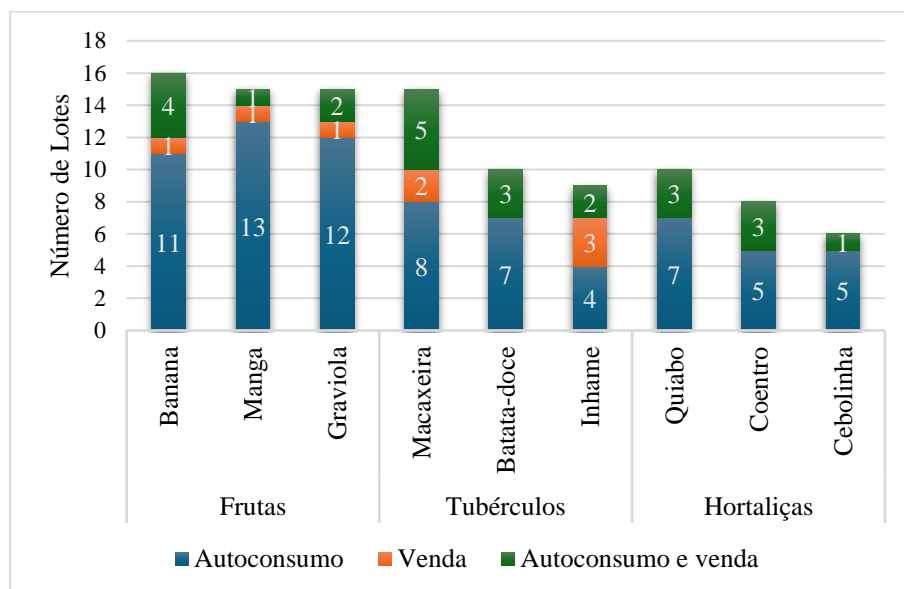
Além disso, de acordo com as anotações no caderno de campo, a criação de suínos no lote pequeno é dificultada em consequência da proximidade entre os quintais produtivos, levando a uma distância insuficiente para que o cheiro da pocilga não cause incômodo aos vizinhos. Ademais, os dois lotes categorizados como ‘Outros’ produzem mel de abelhas, ovinos e caprinos, que os fazem por convicções e determinações pessoais, caracterizando-se como alternativas de reprodução social associada as dinâmicas dessas famílias. Vale ressaltar que a produção de mel de abelhas tem um viés comercial, ao contrário das demais, que primordialmente são produzidas para subsistência das famílias. Logo, afirma-se que há prevalência da pecuária de pequeno a médio porte no assentamento. Grigol *et al.* (2022), salienta que esta produção quando destinada ao autoconsumo é de grande relevância para o acesso a proteína animal, e conseqüentemente para a Segurança Alimentar e Nutricional dos assentados. Além de que, o desenvolvimento de práticas produtivas ligadas a pecuária, garantem a reprodução do grupo familiar, na medida que constrói uma diversidade de saberes a partir das vivências (Ramos; Borges, 2021).

A produção integrada de cultivos agrícolas e criação de pequenos animais destinada

principalmente ao consumo das famílias faz parte do perfil produtivo comum ao quintal. Os quintais produtivos, além de caracterizar-se como espaços de diversidade, contribuem para a segurança alimentar e nutricional da família (Gomes; Duarte, 2017). Ao encontro disto Nobre *et al.* (2021) afirma que os quintais produtivos proporcionam à família alimentos de qualidade em quantidade suficiente, contemplando os princípios da segurança alimentar e nutricional.

A partir do levantamento da produção agropecuária, foi possível estabelecer a composição da alimentação dos assentados e a relação de venda e autoconsumo dos produtos mais produzidos entre as famílias. Com isso, a Figura 4 apresenta a relação de produtos agrícolas categorizados a destinação, entre: (1) autoconsumo, produtos destinados somente a alimentação da família; (2) venda e autoconsumo, que são produtos destinados a alimentação da família e venda do excedente; e (3) venda, que são os produtos destinados somente para venda.

Figura 4 – Relação de autoconsumo, venda e autoconsumo e venda dos produtos da agricultura no ano agrícola de 2024.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Para a seleção dos produtos, identificou-se aqueles que apareceram com maior frequência nas respostas dos entrevistados. A partir disso, três classificações foram escolhidas (visto que apresentaram a maior frequência nos lotes entrevistados) e destas foram eleitos três produtos, sendo eles: banana (dezesseis lotes), manga (quinze lotes) e graviola (quinze lotes) entre as frutas; macaxeira (quinze lotes), inhame (nove lotes) e batata-doce (dez lotes) entre os tubérculos; quiabo (dez lotes), coentro (oito lotes) e cebolinha (seis lotes) entre as hortaliças, o que já nos traz indícios dos principais produtos produzidos e consumidos pelos agricultores e suas famílias.

A Figura 4 evidencia forte tendência a uma produção exclusiva ao autoconsumo, porém, ainda há presença da venda de algumas culturas agrícolas por conta do excedente, mesmo que em escala menor. A venda, quando feita, é realizada em feiras livres localizadas na região central do



município de Santo Amaro das Brotas, bem como na margem da rodovia SE-240, em mercearias e pequenos comércios da região. Além disso, uma das famílias entrevistadas acessa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde destina a produção de hortaliças e tubérculos. Desta forma, entende-se que a produção do assentamento não é apenas para o autoconsumo (apesar desta dinâmica ser majoritária), mas sim, trata-se de uma produção de subsistência, visto que há venda do excedente (Grisa, 2007a).

A categoria com maior número de lotes produzindo e realizando autoconsumo são as frutas. A escolha da banana como uma das frutas destinadas também à venda pode estar relacionada ao fato desta ser uma cultura com maior difusão na região (IBGE, 2025). Outrossim, a manga e a graviola são culturas sazonais, onde sua venda pode estar atrelada ao grande volume produtivo em determinadas épocas do ano.

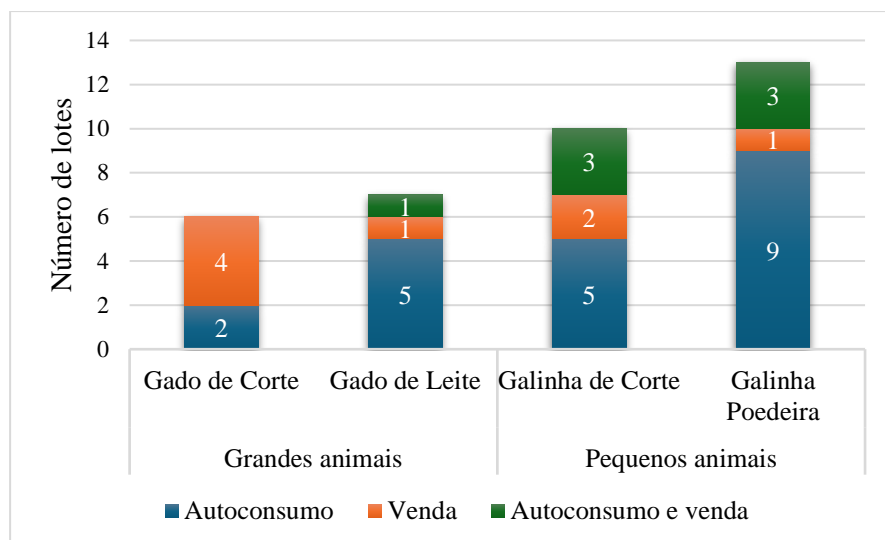
Em seguida, observa-se que os tubérculos compõem a maior parcela da alimentação dos assentados. A macaxeira segue sendo um produto presente em uma parcela maior de lotes, destacando-se tanto no autoconsumo quanto na venda. Isso pode estar relacionado à rusticidade da cultura, que exige menos em relação as condições climáticas e de fertilidade de solos (Souza *et al.*, 2014), se comparada com as demais supracitadas. Além disso, a produção de macaxeira é bem quista pois há demanda deste produto no Projeto de Assentamento Olga Benário (localizado ao lado do Celso Furtado), que é destinada para a agroindústria produtora de goma de tapioca e seus derivados. Estes são produtos tradicionais da região Nordeste, produtivos e consumidos em grande escala (Álvarez; Souza, 2017).

Ademais, a produção de batata-doce e do inhame compõem a produção do município de Santo Amaro das Brotas (IBGE, 2025), porém, tratando-se de produtos regionais, é difícil definir os hábitos e práticas de consumo das famílias (Manos; Galvão; Almeida, 2015) para que seja possível explicar esses resultados quantitativamente.

Por fim, as hortaliças, categoria representada pelo quiabo, coentro e cebolinha, apresenta produção variável entre os lotes, sendo definida primariamente pelas necessidades da família. Segundo as famílias, o cultivo de hortaliças depende do hábito de consumo e, quando há venda, é do que elas identificam como mais rentável no momento. Porém, é essencial ressaltar que estas culturas, além de apresentar maior rusticidade, também podem ser produzidas o ano todo na região Nordeste, onde são bem aceitas na alimentação (EMBRAPA, 2010).

Além da caracterização da alimentação de base agrícola, o artigo se propõe a avaliar também a composição da alimentação pecuária (Figura 5), reunindo as quatro principais criações animais do assentamento, caracterizadas anteriormente na discussão.

Figura 5 – Relação de autoconsumo, venda e autoconsumo e venda dos produtos da pecuária no ano agrícola de 2024.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Nas discussões anteriores, foi apontada a baixa produção pecuária do assentamento (se comparada com a agrícola) visto que ela se caracteriza por poucas criações, em relação aos números de animais, concentradas em poucos lotes. Em decorrência de características intrínsecas a lógica espacial do assentamento, a criação de pequenos animais é favorecida, enquanto a criação dos grandes animais condiciona-se a fatores como: acesso ao lote grande e mão-de-obra familiar disponível no lote. Este último fator é decisivo na produção de gado de corte no Celso Furtado, visto que 83% desses lotes com produção de gado de corte possuem mais de uma pessoa atuando no trabalho dentro do estabelecimento com idade inferior a quarenta anos.

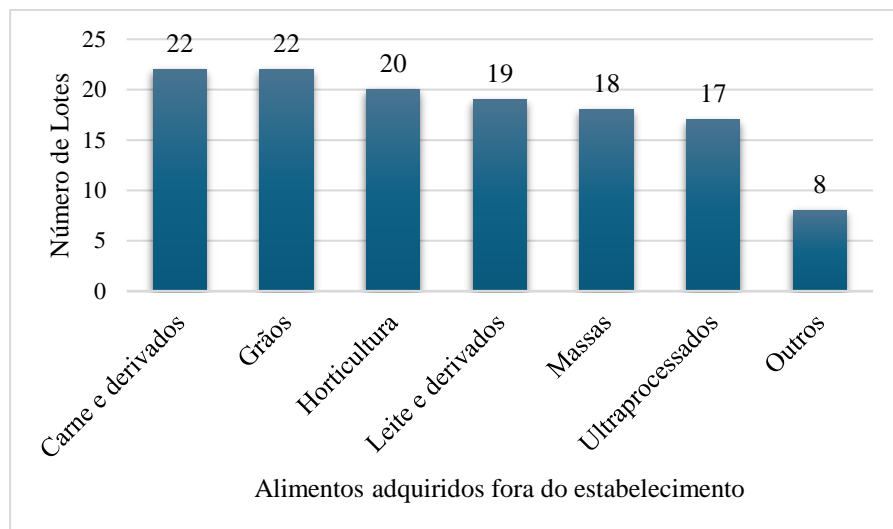
A criação de gado de leite destoa da criação para corte por conta da forma como é realizada. Ao contrário da produção para corte, a produção para leite é realizada em menor escala dentro dos quintais produtivos, o que permite que as famílias criem uma ou duas vacas no lote pequeno, levando-as ao lote grande somente quando há necessidade de engorda ou quando a forragem produzida no lote pequeno não é suficiente para suprir a necessidade de alimentação diária dos animais. Sendo assim, a produção de leite é pensada primariamente em suprir as necessidades alimentares da família e não em uma lógica de mercado, como ocorre com o gado de corte.

A criação de galinhas apresenta como destinação principal o consumo da família. Isso ocorre por conta da facilidade de manejo, especialmente no que corresponde a alimentação e espaço, além da cultura alimentar presente no assentamento. A produção de ovos é priorizada pois permite manter um número fixo de animais por um longo período, sem a necessidade de adquirir animais mensalmente, além disso, como a produção de galinha de corte é pequena, e ainda se faz necessário comprar carne e derivados, favorecendo assim a criação de galinhas poedeiras.

Grisa (2008, p. 486), destaca que existem alimentos que são indispensáveis para a família, porém, não podem ser produzidos por ela, mesmo que a produção para autoconsumo atenda a

maior parte de suas necessidades alimentares. Logo, apesar da produção dos lotes ser diversificada, os assentados ainda necessitam adquirir alimentos fora do estabelecimento (por meio de relações de troca entre vizinhos) e até mesmo fora do assentamento (em supermercados, mercearias e feiras livres), conforme exposto na Figura 6.

Figura 6 – Alimentos adquiridos fora do estabelecimento no ano agrícola de 2024.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Carne e derivados, juntamente com grãos são os alimentos que mais são comprados fora dos lotes, apesar de que os outros produtos apresentados estão presentes em quantidades de lotes parecidos, indicando que a compra é feita pensando em todos os âmbitos da alimentação.

As categorias de alimentos que um maior número de famílias comprou fora do estabelecimento foram: carne e derivados e grãos, presentes nos vinte e dois lotes analisados. Este resultado era esperado pois, como foi indicado nas figuras anteriores, a produção pecuária é realizada em poucos lotes, majoritariamente para a obtenção de ovos e leite, ou seja, o que é produzido dentro do lote não é suficiente para suprir as necessidades da família, necessitando da compra de outras fontes de proteína animal para o consumo da família. Já a produção de grãos existente no lote se restringe ao cultivo de milho grão para alimentação das galinhas criadas no quintal produtivo, logo, os assentados adquirem fora do estabelecimento os grãos base da alimentação diária como o arroz, o feijão e o café.

Ademais, os produtos da horticultura são adquiridos fora do estabelecimento em quase todos os lotes analisados, estando presentes em vinte lotes produtivos. Apesar da grande diversidade de cultivos, existem algumas espécies agrícolas que não suportam as condições edafoclimáticas da região, além de exigir um manejo muito além do que pode ser fornecido pelos agricultores (especialmente manejo nutricional), como é o caso do tomate, alho e cebola (Dusi *et al.*, 1993; Menezes Sobrinho *et al.*, 1993; Costa, 2010). Estes alimentos são parte importante da alimentação, presentes no dia a dia da população brasileira, sendo que os agricultores adquirem-



os fora do estabelecimento. Além das condições ambientais e de manejo, muitas famílias optam por comprar ‘verduras e legumes’ específicos, ou seja, é a dinâmica do lote que dita essas particularidades.

Na terceira posição está o leite e derivados, que são adquiridos fora do estabelecimento em dezenove lotes. A ausência de agroindústrias de beneficiamento, além do pequeno número de agricultores que criam gado de leite, contribuem com o cenário de compra de produtos lácteos fora do assentamento. Além do leite propriamente dito, há a compra de queijos, manteiga e iogurte, que compõem uma parcela importante da rotina alimentar das famílias. Através do comparativo do número de lotes que produz leite e o número de lotes que adquire leite e derivados fora do estabelecimento, é possível observar o indicativo de que até mesmo aqueles lotes que produzem leite podem estar comprando esses produtos por outros circuitos, apresentando indícios de que a produção do leite não supre a demanda da família, o que as leva a adquirir fora.

Diante das percepções anotadas no caderno de campo, outro fator que contribui com este cenário de compra generalizada de produtos fora do estabelecimento é o tamanho do lote pequeno, caracterizando-se como um fator limitante para produzir em quantidade suficiente todos os alimentos necessários para a manutenção das famílias, que em geral são compostas por mais de três pessoas. Além disso, como as famílias não utilizam os lotes grandes para cultivar produtos agrícolas, a capacidade produtiva é restrita.

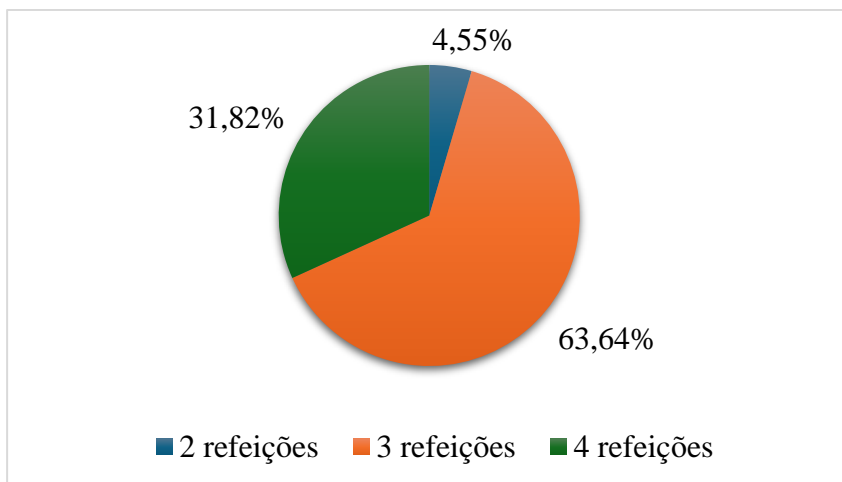
Na quarta e quinta posição, respectivamente, estão as massas, presentes em dezoito lotes, e ultraprocessados, presentes em dezessete lotes. Nestas classificações estão inseridos produtos que as famílias não têm condições de produzir e que dependem da agroindustrialização, visto que englobam alimentos como farinha de trigo, biscoito recheado, embutidos, macarrão, entre outros (GAPB, 2014). Logo, não resta alternativa a não ser a compra em mercearias e supermercados. Ademais, destaca-se que apesar dos ultraprocessados aparecerem dentre as categorias representadas na Figura 6, é demasiado significativo que esta esteja em penúltima posição, tendo em vista que o consumo excessivo desses produtos contribui com uma piora na qualidade de vida, através do aumento de comorbidades (Bielemann *et al.*, 2015). Considerando as percepções adicionadas ao caderno de campo, o consumo de ultraprocessados está associado principalmente à compra de biscoitos, doces, embutidos e farinha de trigo (para a produção de bolos); produtos estes que são destinados à alimentação das crianças assentadas.

Com isso, na classificação ‘Outros’, estão inseridos alimentos definidos como ingredientes culinários e alimentos processados (GAPB, 2014), sendo eles: óleo de cozinha, vinagre e açúcar. Assim como as massas e ultraprocessados, os agricultores não conseguem produzir esses alimentos no estabelecimento, o que os leva a comprar fora.

Por fim, além dos produtos consumidos, a frequência de refeições diárias realizadas pela

família também está atrelada à caracterização da alimentação (Figura 7). A preferência por produtos provenientes da agricultura familiar, promove o aumento a diversidade de alimentos, ao mesmo tempo em que garante o fornecimento de alimentos básicos e hábitos saudáveis (Silva *et al.*, 2023).

Figura 7 – Percentual do número de refeições diárias realizadas pelas famílias no ano agrícola de 2024.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

A Figura 7 mostra que a 63,64% das famílias realiza de três refeições diárias (quatorze famílias), seguida 31,82% que realizam quatro refeições diárias (sete famílias) e, por fim, os 4,55% que realizam duas refeições diárias (uma família). Salienta-se que estas refeições são referentes àquelas preparadas em casa, como foi indicado pelas famílias entrevistadas. Esses resultados corroboram com os estudos de Carvalho e Rocha (2011) e Heitor, Rodrigues e Tavares (2013) que verificaram que a população adulta da zona rural realiza, três refeições diárias, em média. Ainda de acordo com os autores, esta é uma frequência alimentar adequada, sendo o mínimo necessário para suprir as demandas energéticas do corpo.

Vale salientar que a Insegurança Alimentar se divide em três níveis: leve (quando há preocupação com a alimentação no futuro próximo, porém, as necessidades alimentares ainda são atendidas), moderada (quando há redução em quantidade e variedade de alimentos) e grave (quando há redução severa em quantidade e variedade de alimentos, comprometendo o número de refeições diárias) (EBIA, 2023). A partir disso, afirma-se que, apesar de uma das famílias realizar somente de uma a duas refeições diárias, nenhuma delas relatou preocupações relacionadas a alimentação. Logo, é possível afirmar que a maior parte das famílias não estão sujeitas a situação de Insegurança Alimentar no assentamento Celso Furtado.

Cabe destacar que a produção diversificada no assentamento pode estar atrelada ao modo de vida das famílias, que tem raízes no saber fazer que foi passado de geração em geração. Ademais, a forte influência dos princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na liderança do assentamento contribui com a ideia de que a terra é a garantia da qualidade de vida



das famílias, bem como o meio pelo qual elas poderão se reproduzir socialmente.

Outra análise importante é a relação entre produção, produção diversificada e segurança alimentar, pois percebe-se que no Assentamento Celso Furtado, além de existir uma grande diversificação de produtos agrícolas e pecuários, os assentados possuem renda, em grande maioria vinda de auxílios sociais, para comprar a alimentação que compõe a mesa das famílias e não permitir cenários de insegurança alimentar dentro da casa das famílias assentadas no Celso Furtado.

5 Considerações finais

Diante dos resultados, conclui-se que o contexto produtivo do assentamento se conecta diretamente ao autoconsumo, com uma lógica que vai de encontro ao mercado, ligando-se às necessidades da família, essencialmente. Ademais, compreende-se que a produção é voltada à subsistência, com produção para o consumo da família e venda do excedente, caso este exista.

A característica mais marcante do assentamento é sua diversificação produtiva, observada a partir da quantidade de cultivos e criações de animais, especialmente nos lotes pequenos ou “quintais produtivos”. A diversificação do portfólio produtivo consiste em uma estratégia empregada pelas famílias para garantir melhor qualidade de vida e Segurança Alimentar, considerando as condições econômicas, produtivas e climáticas hostis da localidade.

Ademais, ainda há necessidade da aquisição de alimentos fora do lote produtivo, mesmo que a produção agropecuária existente constitua fator determinante para a reprodução social dos assentados. Contudo, enfatiza-se que estes alimentos, em sua maioria, não podem ser produzidos pelos agricultores em seu quintal produtivo em decorrência de fatores edafoclimáticos, de mão-de-obra e/ou de processamento.

Por fim, é possível afirmar que existe diversidade produtiva nos âmbitos agrícola e pecuário e a compra de alimentos fora do estabelecimento é feita quando necessário, sobretudo com a renda obtida pelas políticas sociais do governo. Conclui-se, assim, que a maior parte das famílias assentadas se encontra em situação de Segurança Alimentar, considerando a íntima relação entre produção e autoconsumo.

6 Referências

ALVES, E. K. S.; VILLWOCK, A. P. S.; FOSSÁ, J. L. Transformações da cadeia produtiva do leite: uma análise em painel sobre a produção de leite em Sergipe. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 61., 2023, Piracicaba. **Anais [...]**. Piracicaba: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2023. Trabalho 624344. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2023/624344-TRANSFORMACOES-DA-CADEIAPRODUTIVA-DO-LEITE--UMA-ANALISE-EM-PAINEL-SOBRE-A--PRODUCAO-DELEITE-EM-SERGIPE>. Acesso em: 14 mar. 2025.



- BELIK, W. Examinando o conceito de segurança alimentar e nutricional e suas novas dimensões. **Texto para discussão**. Unicamp: Instituto de Economia. Campinas, n. 460, 2024. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD460.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan.-jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2003.v12n1/12-20/pt>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- BELLENTANI, N. F. Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/9c5ddad0-a5d0-4c03-9190-2fce4a289520>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- BIELEMANN, R. M. *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados e impacto na dieta de adultos jovens. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, p. 1–10, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049005572>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. 158 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.
- CAIAZZA, R.; VOLPE, T. The Global Agro-food System From Past to Future. **Business Review**, China-USA, v. 11, n.7, p. 919-929, 2012. Disponível em: <https://www.davidpublisher.com/Public/uploads/Contribute/55150f5ed5e1e.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- CARVALHO, E. O.; ROCHA, E. F. Consumo alimentar de população adulta residente em área rural da cidade de Ibatiba (ES, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 179–185, jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100021>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300003>. Acesso em: 27 fev. 2025.
- COSTA, N. D. **A cultura da cebola**. Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, 2010. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/156688/1/Aculturadacebola.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- CUSTÓDIO, M. B. *et al.* Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634683/2602>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- DE SÁ, C. O.; DE SÁ, J. L.; SIMÕES, T. V. M. D. **Criação, Conservação e Multiplicação de Galinhas de Capoeira na Agricultura Familiar**. 1. ed. Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2021. 33 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1135805/1/Cartilha-GalindaCapoeira-versao-final-digital.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- DESMARAIS, A. A. La Via Campesina: Globalização e o poder dos camponeses. **Revista Nera**, ano 10, n. 10, p. 165-173, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1418>. Acesso em: 02 mar. 2025.
- DUSI, A. N. *et al.* **Coleção Plantar: a cultura do tomateiro (para mesa)**. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa, Centro Nacional de Pesquisas de Hortaliças, 1993. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/100643/1/00013220.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Autoconsumo e as escalas de diversificação agrícola em um assentamento rural. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 32, n. 2, p. 32–55, 2012. DOI: 10.37370/raizes.2012.v32.357. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/357>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Catálogo brasileiro de hortaliças: saiba como plantar e aproveitar 50 das espécies mais comercializadas no país. Brasília: Embrapa Hortaliças: SEBRAE, 2010. 60 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/887213>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- ESCHER, F. As Novas Ordens Alimentares: Review of the book As Novas Ordens Alimentares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, n. 1, p. 215-224, 2019. Disponível em: https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-1_as_novas_ordens. Acesso em: 09 fev. 2025.
- FABRINI, J. E. TERRITÓRIO, CLASSE E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 07, p. 97–112, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6542>. Acesso em: 26 mar. 2025.



- FREITAS, G. M. *et al.* Quintais produtivos: expressões de resistência das mulheres assentadas em territórios de monocultura. **Retratos de Assentamentos**, v. 26, n. 2, p. 163-183, 2023. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/560>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A Produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Editora da UFRRJ, v. 15, p. 89-122, 2007. Disponível em: <https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/283/279>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 04 mar. 2025.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. Disponível em: <https://feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v3artigo01globalizacao.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2025.
- GOMES, F. L.; DUARTE, A. G. Quintais produtivos e resiliência alimentar nos espaços da reforma agrária. **Revista Craibeiras de Agroecologia**, v. 1, n. 1, p. 1-4, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/era/article/view/3832>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- GRIGOL, N. S. *et al.* Produção para autoconsumo e segurança alimentar entre assentados rurais do Alto Xingu, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 2, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.233195>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr.-jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/ZNNKJRcfQX9tGPTWRqXLgRG/?format=pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- GRISA, C. A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2007a. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11001/000601676.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 fev. 2025.
- GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, v. 14, n. 5, p. 31, dez. 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/73276315/art1ed14.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- GRISA, C. Segurança alimentar e autonomia na agricultura familiar: a contribuição da produção para o autoconsumo. **Revista de extensão e estudos rurais**, v.1, n. 1, p. 97-129, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3278/1549>. Acesso em: 09 fev. 2025.
- GRISA, C. *et al.* Sistemas agroalimentares contemporâneos: dinâmicas, perspectivas e desafios. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 159–163, 2021. DOI: 10.37370/raizes.2021.v41.756. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/756>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- HEITOR, S. F. D.; RODRIGUES, L. R.; TAVARES, D. M. S. Prevalence of compliance with healthy eating in older adults from the rural zone. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 22, n. 1, p. 79–88, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000100010>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Tabela 5457, 2025. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=10&i=P&c=1612>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- MANOS, M. G. L.; GALVÃO, D. M. O.; ALMEIDA, M. R. M. Características do mercado consumidor de batata-doce em Sergipe e potencial para variedade de polpa alaranjada. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 53., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281906713_Caracteristicas_do_mercado_consumidor_de_batata-doce_em_Sergipe_e_potencial_para_variedade_de_polpa_alaranjada. Acesso em: 14 mar. 2025.
- MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249044308_A_Food_Regime_Genealogy. Acesso em: 06 fev. 2025.
- MCMICHAEL, P. Food regimes and agrarian questions. **Rugby: Practical Action**, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/PhilipMcmichael/publication/343402169_Global_developments_in_the_food_system/links/65490089ce88b87031ce0747/Global-developments-in-the-food-system.pdf. Acesso em: 06 fev. 2025.
- MENEZES, F. Mobilização social e participação da Sociedade Civil. In: ARANHA, A. (org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. cap. 6, v. 1, p. 120-



132. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

MENEZES SOBRINHO, J. A. *et al.* **Coleção Plantar: a cultura do alho**. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa, Centro Nacional de Pesquisas de Hortaliças, 1993. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/olericultura/livros/A%20CULTURA%20DO%20ALHO%20EMBRAPA.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

NOBRE, F. E. C. *et al.* Potencialidades e caracterização da produção agrícola familiar: Uma análise a partir dos quintais produtivos. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 2, p. 179-203, 2021. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/461>. Acesso em: 14 mar. 2025.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

RAMOS, E. A.; BORGES, A. C. G. As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 36-57, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8737>. Acesso em: 26 mar. 2025.

RIBEIRO, L. N. A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato. **Revista Nera**, ano 16, n. 23, p. 167-170, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2664>. Acesso em: 01 mar. 2025.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, 2012. DOI: 10.53000/rr.v4i1.708. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16832>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M.; ESCHER, F. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista Mundi**, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifpr.edu.br/index.php/MundiMAA/article/view/134/36>. Acesso em: 09 fev. 2025.

SILVA, S. P. *et al.* **Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar e sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Ipea: 2023. (Texto para Discussão, n. 2934). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12417/1/TD_2934_web.pdf. Acesso em: 26 mar. 2025.

SOUZA, R. F. *et al.* Análise econômica no cultivo da mandioca. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 8, n. 2, p. 20, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7395409>. Acesso em: 15 mar. 2025.

TAKAGI, M. A implantação do Programa Fome Zero no Governo Lula. In: ARANHA, A. (org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. cap. 4, v. 1, p. 54-73. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

VIVAS, E. **O negócio da comida: quem controla a nossa alimentação?** 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/download/o-negocio-dacomida-quem-controla-nossa-alimentacao/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

VIZOLLI, I.; MENDES, A. N. Braça, quadro e tarefa: um modo de efetuar medida de terras. **Vidya**, v. 36, n. 1, p. 69-78, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/1388>. Acesso em: 24 mar. 2025.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, J. C. (Org.), **Agricultura Familiar: realidade e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, p. 21-55, 1996.